

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da VBRR Conveniência S.A. ("Companhia") apresenta-lhes o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia. Os documentos foram elaborados com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007.

MENSAGEM AO ACIONISTA

O ano de 2024 foi de reintegração da VBRR Conveniência S.A. ao ecossistema da Vibra Energia S.A. A Vibra Energia S.A. detém 100% da participação da VBRR Conveniência S.A., e voltou a controlar integralmente em 2023 o negócio BR Mania, com um desejo latente de crescer e multiplicar exponencialmente os resultados.

A VBRR Conveniência S.A. conta com uma estrutura de gestão estratégica e governança corporativa inserida no contexto do seu controlador, a Vibra Energia S.A., tendo como objeto social a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro dos postos de combustível, carregando consigo a marca BR MANIA, tendo mais de 1,4 mil lojas franqueadas e 6 lojas próprias modelo. A VBRR Conveniência S.A. objetiva oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas que compreende ampla experiência de varejo no mercado brasileiro, uma rede de pontos de venda com capilaridade nacional, com marca reconhecida e que representa um importante passo para a expansão no mercado de lojas de conveniência (pequeno varejo), no Brasil.

O mercado de franquias brasileiro superou expectativas e registrou um crescimento nominal de 13,5% em 2024 se comparados ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a ABF - Associação Brasileira de Franchising. Como um marco importante para a Companhia, a marca BR MANIA alcançou a 9ª posição no ranking das 50 maiores franquias do país, subindo dois degraus, em uma variação de 6,0% de crescimento.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	2024	2023	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	60.335	33.426	
Contas a receber	8	40.210	36.309	
Fundo de Marketing	18	6.444	4.067	
Estoques	9	1.521	425	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		233	—	
Outros impostos a recuperar		36	27	
Adiantamentos		49	112	
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	5.170	—	
Outras contas a receber		608	606	
Despesas Antecipadas		318	—	
Total do ativo circulante		114.924	74.972	
Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber	8	278	—	
Contas a receber com Parte Relacionada	12	1.332	1.332	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	4.187	—	
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	10	11.119	—	
		16.916	1.332	
Imobilizado	13	29.981	23.224	
Intangível	14	664.704	669.271	
		694.685	692.495	
Total do ativo não circulante		711.601	693.827	
Total do ativo		826.525	768.799	
Passivo	Nota	2024	2023	
Circulante				
Fornecedores	15	14.290	1.974	
Imposto de renda e contribuição social a pagar	16	2.364	2.088	
Outros Impostos a Pagar	16	2.175	1.912	
Dividendos a pagar	20	5.040	3.377	
Obrigações sociais e trabalhistas	17	10.628	3.830	
Fundo de Marketing	18	6.495	4.973	
Arrendamentos a pagar		1.219	425	
Adiantamento de clientes	20	—	2.092	
Outros contas a pagar		—	1.801	
Contas a pagar com partes relacionadas	12	16.866	158.968	
Outras contas a pagar com partes relacionadas	12	1.574	—	
Provisão para contingências	19	24	—	
Total do passivo circulante		60.695	181.440	
Não Circulante				
Arrendamentos a pagar		646	461	
Contas a pagar com partes relacionadas	12	141.194	—	
Total do passivo não circulante		141.840	461	
Patrimônio líquido				
Capital social		596.969	576.057	
Reservas de Lucro		27.021	10.841	
Total do patrimônio líquido	20	623.990	586.898	
Total do passivo		826.525	768.799	

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia VBRR CONVENIENCIA S.A. ("Companhia ou VBRR"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado do Rio de Janeiro na rua Correia Vasques, 250, Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ, foi constituída em 31 de maio de 2023, e começou a efetiva operação após a conclusão da cisão da Joint Venture VEM CONVENIÊNICA S/A em 01 de dezembro de 2023. O capital social da Companhia é detido integralmente pela VIBRA ENERGIA S/A ("Vibra"). A avaliação dos ativos ocorreu na data base de 30 de novembro de 2023, de forma que o saldo dos ativos líquidos a serem cindidos para a Companhia foi avaliado em R\$ 576.056.242. A subscrição e integralização do capital social está apresentada detalhadamente na nota 20 (a). A Companhia tem como objeto social a exploração do negócio de lojas de pequeno varejo, dentro e fora de postos de combustível, através das redes BR Mania.

A Companhia conta com uma estrutura de gestão e governança corporativa própria. Possui em 31 de dezembro de 2024, entre lojas próprias e franqueadas, 1,4 mil lojas com a marca BR Mania.

A VBRR objetiva oferecer uma nova proposta de valor a consumidores, franqueados, revendedores e atendentes de lojas que compreende ampla experiência de varejo no mercado brasileiro, uma rede de pontos de venda com capilaridade nacional, escala e estrutura de suprimentos e logística, tecnologia e atuação no varejo digital, a marca, BR Mania, reconhecida e, representa um importante passo para a expansão no mercado de lojas de conveniência (pequeno varejo), no Brasil.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir todas as suas obrigações.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 28 de março de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3 Estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tenham efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 4.8 - reconhecimento de receita:

- se a receita com franquias é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo; e

- reconhecimento da contraprestação variável estimada para Verbas de indústria, somente na medida em que for altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas reconhecidas não deva ocorrer.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota explicativa 14(a) - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

No último trimestre de 2024, como parte de nossa nova proposta de valor, iniciamos a operação do MÂNIA DE ABASTECER, um modelo de centralização do abastecimento para nossos franqueados. Essa iniciativa tem como objetivo aumentar a sinergia da rede e otimizar a gestão dos franqueados, proporcionando mais eficiência operacional e ganhos estratégicos. A solução conta com Centros de Distribuição ativos atendendo a estados do Sudeste e no Nordeste do país.

A receita operacional líquida da Companhia foi de R\$ 147,4 milhões no exercício de 2024 fruto de uma estratégia sólida e bem definida, associada a uma disciplina de execução em ambas as unidades de negócio.

Receita Operacional Bruta

A Companhia alcançou receita operacional bruta de R\$ 168,1 milhões em 31 dezembro de 2024, R\$ 6,7 milhões sendo com operação própria, R\$ 1,0 milhão com a operação de abastecimento centralizado e R\$ 160,4 milhões com operação de franquia. Este resultado reflete a força da marca BR Mania diante do mercado.

Lucro Bruto

No exercício 2024, o Lucro Bruto foi de R\$ 113,4 milhões devido ao impacto das receitas verbas de indústrias e royalties do período.

Despesas Operacionais

No exercício 2024, o total das Despesas Operacionais da Companhia, considerando o valor referente à depreciação e amortização, foi de R\$ 68,1 milhões. A disciplina na gestão das despesas operacionais foi fundamental para atingirmos este patamar de despesas. O total das Despesas SG&A (gerais e administrativas) alcançou R\$ 55,8 milhões no exercício 2024, representando 37% da Receita Operacional Líquida.

Resultado Financeiro

As despesas financeiras da Companhia foram na ordem de R\$ 16,9 milhões no exercício 2024 de 2023, e as receitas financeiras na ordem de R\$ 5,6 milhões. As principais despesas financeiras são juros sobre contrato de balcão firmado com o acionista Vibra Energia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de maio de 2023				
até 31 de dezembro de 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	Nota	2024	2023	Maio a Dezembro de 2023
Receita operacional líquida	21	147.396	14.757	
Custos da mercadoria vendida e serviços prestados	22	(34.234)	(1.370)	
Lucro bruto		113.162	13.387	
Despesas/receitas operacionais	23			
Perdas de crédito estimada		(2.177)	(356)	
Gerais e administrativas		(65.897)	(6.054)	
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		17	(74)	
		(68.057)	(6.484)	

Lucro operacional antes do resultado

financeiro e impostos

Despesas financeiras

Receitas financeiras

Resultado financeiro líquido

Lucro antes do imposto de renda e da

contribuição social

Imposto de renda e contribuição social Diferido

Imposto de renda e contribuição social Corrente

Lucro líquido do exercício/período

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de maio de 2023				
até 31 de dezembro de 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				
	2024	2023	2023	Maio a Dezembro de 2023
Lucro Líquido do exercício/período	21.220	3.592		
Resultado abrangente total	21.220	3.592		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de maio de 2023						
até 31 de dezembro de 2023						
(Valores expressos em milhares de Reais)						
	Reserva de Lucros					
	Capital social	Legal	Para investimento	Lucros Acumulados	Total	

Saldos em 31 de maio de 2023

Integralização do Capital Social	576.056	—	—	—	—	576.056
Lucro acumulado aportado	—	—	—	10.626	—	—
Lucro do período	—	—	—	3.592	—	—
Constituição da Reserva Legal	—	711	—	(711)	711	—
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	(3.377)	—	—
Constituição da Reserva para Investimento	—	—	10.130	(10.130)	10.130	—

Saldos em

31 de dezembro de 2023	576.057	711	10.130	—	586.898	
Emissão de ações ordinárias	20.912	—	—	—	20.912	—
Lucro do exercício	—	—	—	21.220	—	—
Constituição da Reserva Legal	—	1.061	—	(1.061)	1.061	—
Dividendos Mínimos Obrigatórios	—	—	—	(5.040)	—	—
Constituição da Reserva para Investimento	—	—	15.119	(15.119)	15.119	—

Saldos em

31 de dezembro de 2024	596.969	1.772	25.249	—	623.990	
-------------------------------	----------------	--------------	---------------	----------	----------------	--

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

- Notas explicativas 19 - reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- Nota explicativa 5 (b) - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Mensuração do valor justo

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrerem as mudanças. Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia de valor justo no final do período de relatório durante o qual a mudança ocorreu.

4 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios/período apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

4.1 Instrumentos Financeiros

i. Reconhecimento e mensuração inicial

Os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Entretanto, se a Companhia tiver um direito incondicional a um valor que difere do preço da transação (por exemplo, devido à política de reembolso da Companhia), o recebível comercial será inicialmente mensurado pelo valor desse direito incondicional.

ii. Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros - classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a

Meio ambiente, social e governança

A VBRR Conveniência S.A. é uma empresa controlada da Vibra Energia S.A. e administra a marca e as lojas BR Mania. Não perdemos a nossa essência e estamos em constante busca para criar um mundo mais conveniente, fortalecendo nosso negócio e inspirando novas conquistas. Como parte indispensável de nossa proposta de valor, buscamos desenvolver ainda mais projetos que reduzam impactos sociais e ambientais.

Por fim, a VBRR Conveniência S.A. trabalha para garantir o mais alto nível de integridade em suas atividades, comprometendo-se a conduzir os processos de forma ética e transparente em todos os relacionamentos com os públicos de interesse. Para isso, todas as nossas normas, políticas e processos que norteiam e orientam as tomadas de decisão foram atualizadas e se encontram aderentes à nova composição societária, bem como às melhores práticas de governança corporativa.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visa a assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se baseiam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o período de 2024, não foram contratados com a KPMG, serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos especialmente a todos os nossos colaboradores, cuja dedicação e comprometimento foram essenciais para superar os desafios do desfazimento, contribuíram para aumentar a marca e capilaridade no país, por acreditarem e somar a cada dia a estratégia da Companhia em atender a missão de tornar o ramo de lojas de pequeno varejo mais simples, próximo, e conveniente para todos. Por fim, agradecemos ao nosso acionista, clientes e fornecedores pela confiança e investimento.

A administração

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de maio de 2023				
até 31 de dezembro de 2023				
(Valores expressos em milhares de Reais)				

	2024	2023	Maio a Dezembro de 2023
Lucro Líquido do Exercício/Período	21.220	3.592	
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social correntes	16.786	2.088	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.187)	—	
Variações monetárias e encargos financeiros	16.528	1.407	
Juros de arrendamento	284	—	
Depreciação e amortização	32.163	2.232	
Perdas estimadas créditos liquidação duvidosa	2.177	356	
Provisões para perda de estoque	16	—	
Provisão para contingências	24	—	
Amortização de Bonificações antecipadas concedidas a clientes	2.794	—	
	87.804	9.675	

Variações em:

Contas a receber	(6.356)	(6.005)
Fundo de Marketing	(2.377)	(4.067)
Estoques	(1.112)	145
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(11.932)	—
Outras ativos	(499)	2.793
Fornecedores	12.316	1.506
Outras obrigações tributárias	539	1.885
Outros passivos	4.447	1.192
Partes relacionadas	666	—

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método de juros efetivos. O valor contábil bruto é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é mensurado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado pelo método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

iii. Desreconhecimento

A Companhia realiza transações por meio das quais transfere ativos reconhecidos em sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos.

4.2 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado pelo custo médio das mercadorias adquiridas para revenda.

4.3 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- despesa de juros;
- o valor justo dos ganhos e perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A “taxa de juros efetiva” é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo financeiro (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

4.4 Ativos intangíveis

i Reconhecimento e Mensuração

Agio

O agio resulta da integralização do capital social, oriundo do acervo cindido, quando da constituição da *joint venture* (VEM Conveniência S/A.) e, representa a diferença entre o valor atribuído ao negócio em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis utilizados no aporte inicial do seu capital social. O agio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. O agio não apresenta vida útil definida, não sendo amortizado, sendo testado o seu valor recuperável comparando o seu valor contábil anualmente ou quando houver indícios de perda do seu valor.

Marca registrada

O contrato de licenciamento da BR Mania tem prazo de vigência de 30 (trinta) anos, é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo da marca durante sua vida útil estimada.

Contratos de franquias, balcão e fornecedores

Os contratos, decorrentes de operações de exploração da marca, relacionamento comercial e uso de tecnologia têm vida útil finita e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A amortização desses contratos é calculada pelo método linear durante sua vida útil estimada. Abaixo apresentamos síntese específica de cada tipo de contrato:

(i) Contratos de franquia

Os contratos, decorrentes de operações de exploração da marca, relacionamento comercial e uso de tecnologia têm sua vida útil estimada em 30 anos e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) Contrato de Balcão

O contrato de balcão firmado entre a VBRR Conveniência S/A e a Vibra Energia S/A concede acesso à Companhia ao canal de distribuição e a capacidade de exploração econômica da Rede de Revendedores da Vibra Energia S/A, unicamente para a expansão dos negócios. No acesso ao canal de distribuição e da capacidade de exploração econômica da Rede de Revendedores, a VBRR Conveniência S/A planejará, estruturará e prospectará oportunidades de negócios, propondo e negociando termos e condições comerciais para o desenvolvimento da rede, e terá o direito de determinar e direcionar o uso de obter todos os benefícios econômicos provenientes de quaisquer melhorias do canal de distribuição e capacidade de exploração econômica da Rede de Revendedores decorrentes da performance da Vibra ao longo do prazo da execução deste Instrumento. O contrato de balcão tem sua vida útil estimada em 30 anos e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iii) Contratos com Fornecedores

Devido às suas características comerciais a BR Mania possui um relacionamento chave com seus fornecedores, que possibilita a geração e receitas recorrentes de rebate. As negociações, por acordos, são capazes de estabelecer com grandes indústrias o interesse destas em garantir fornecimento para a rede de franqueados BR Mania. Esses contratos têm sua vida útil estimada em 30 anos e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Licenças de software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de 5 anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

ii Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com agio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii Amortização

A amortização é calculada pelo método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O agio não é amortizado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Softwares	5 anos
Custos de desenvolvimento capitalizados	5 anos
Marca e contratos	30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.5 Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii. Depreciação

A depreciação reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros, e é calculada para os itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, pelo método linear, baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Instalações	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos. de informática	5 anos
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5 a 10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

4.6 Redução ao valor recuperável (Impairment)

i. Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ("contas a receber de clientes").

A provisão para perdas com contas a receber de clientes é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.
- As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte.

Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do agio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O agio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer agio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao agio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia avaliou os ativos de vida útil definida e não identificou indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

4.7 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam

Tipo de Produto/serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de performance, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Royalties	O contrato de franquia evidencia que o franqueado pagará mensalmente royalties como remuneração pelo uso da marca BR Mania. O risco e benefícios são transferidos entre as partes quando o franqueado utiliza no decorrer do período a marca da franqueadora. O prazo para pagamento do contas a receber de royalties é de 30 dias após a emissão da nota fiscal.	A receita é uma contraprestação variável e reconhecida de acordo com o percentual definido em contrato sobre o volume de vendas emitidas pelo franqueado ao consumidor final, e quando o faturamento mensal do cliente é mensurado e todos os descontos aplicáveis são tratados, de acordo com o CPC 47, item 54. A receita é reconhecida ao longo do tempo.
Taxa de Franquia	A taxa de franquia é o valor pago pelo novo franqueado da marca BR Mania para penetrar na rede de franquias e obter todo o conhecimento estratégico, suporte operacional, e know how necessários para operar o negócio no formato BR Mania. As atividades da franqueadora durante o período de implementação da loja vão desde treinamentos iniciais para utilização do sistema para as atividades de loja, a entrega de manuais da operação, apoio consultivo a equipe de expansão. A taxa de franquia é cobrada apenas uma única vez, e não é restituível o seu valor. O seu prazo de pagamento se dá após 30 dias da emissão da nota fiscal.	No contexto do CPC 47 no item 9, a Companhia entende que, ao ser firmado o contrato com o franqueado (cliente), estarão formalizados um conjunto de entregáveis iniciais para a instalação da loja. O reconhecimento da receita acontece entre a assinatura do contrato e a abertura da loja, com um prazo estipulado de até 120 dias, e quando há toda a transferência do risco e benefício entre as partes, na entrega do conhecimento, e capacitação do novo franqueado a operar a loja. A receita é reconhecida uma única vez no tempo, e seu benefício econômico não é diferido ao longo da vida útil do contrato.
Verba de Indústria	As verbas de indústrias são valores pagos pelos fornecedores a VBRR Conveniência S/A, como remuneração pela penetração dos fornecedores ao mais de 1,4 mil franqueados em capilaridade nacional. Os contratos de rebate celebram o acordo para comercialização dos produtos das indústrias (contratantes) nas lojas franqueadas e próprias de conveniência da marca BR Mania. O contrato de comercialização possui receitas de natureza fixa, quando o valor está estabelecido em contrato, ou por desempenho de vendas da indústria, quando a VBRR obtém direito ao percentual das vendas da indústria contratante. O desempenho de vendas da indústria pode ser baseado através do Sell in (valor global das compras efetuadas pelas lojas de conveniência junto a indústria contratante ou seu distribuidor autorizado) ou do Sell out (venda das mercadorias/produtos da indústria contratante, feitas pelas lojas de conveniência diretamente para o consumidor final).	As linhas contratuais são: Verba promocional; Ponto Extra; PFP (Pay for Performance), Data Sharing, Slot Promocional, Rebate, Exclusividade, Display e visibilidade. O reconhecimento da receita no tempo ou ao longo do tempo depende da linha contratual desempenhada, e a dependência de atingimento de performance para a sua emissão, sendo elas over time ou point in time. As receitas reconhecidas ao longo do tempo são registradas conforme as obrigações de desempenho são cumpridas e faturadas às indústrias conforme o ciclo de faturamento definido em contrato, que ocorrem, em média de forma trimestral.
Venda de Mercadorias	Os clientes obtêm controle das quando as mercadorias são entregues e aceitas nas dependências dos clientes, no caso de vendas no atacado, e para vendas no varejo (loja física) quando o cliente efetiva a compra do produto. As faturas, para as vendas no atacado são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 dias. Alguns contratos permitem ao cliente devolver os produtos. As mercadorias devolvidas são trocadas somente por novas mercadorias - i.e. não há devolução de dinheiro.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para mercadorias vendidas no atacado. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros passivos e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

4.9 Distribuição de dividendos

Quando aplicável, a distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do período, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

5 Instrumentos financeiros

Classificação contábil e valores

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial. A companhia não possui ativos financeiros mensurados a valor justo nas datas de reporte, a tabela abaixo apresenta os valores contábeis, que é uma aproximação razoável do valor justo:

Ativos financeiros a custo amortizado	Nota	2024	2023
Caixa e equivalente de caixa	7	60.335	33.426
Contas a receber de clientes	8	40.488	40.376
		100.823	73.802
Passivos financeiros a custo amortizado	Nota	2024	2023
Fornecedores	15	(14.290)	(1.974)
Contrato balcão	12	(157.282)	(158.968)
Passivo de arrendamento		(1.865)	(886)
		(173.437)	(161.828)

Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de mercado
- Risco de crédito
- Risco de liquidez

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros. No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas a cada circunstância de riscos inerentes.

a. Risco de Mercado - taxa de juros pós-fixadas

A Companhia se utiliza de recursos gerados pelas atividades operacionais, aplica o excedente em instituições financeiras com incidência de juros, para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Suas aplicações financeiras de liquidez imediata (CDB - Certificado de Depósito Bancário Pós fixado), tem como finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para outros fins. Tais aplicações financeiras podem ser convertidas em um montante conhecido de caixa e sem risco de mudança de valor, sendo resgatáveis em prazo inferior a três meses da data das respectivas aplicações. A rentabilidade destas aplicações é em média 101,95% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). O

	A Vencer	Vencido até 30 dias	Vencido até 60 dias	Vencido até 90 dias	Vencido até 180 dias	Vencido até 1 ano	Vencido acima de 1 ano
Clientes							
Franqueados	0,5%	1,0%	5,0%	20,0%	40,0%	50,0%	100%
Verbas de Indústrias	0,1%	0,5%	2,0%	5,0%	15,0%	30,0%	100%
Atacado	0,5%	1,0%	2,0%	5,0%	15,0%	30,0%	100%

relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4.8 Receita de contrato com clientes

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

i. Venda de mercadorias, royalties e serviços

A receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa no valor da receita acumulada não ocorrerá. As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes ou quando ocorre a transferência do controle. As receitas dos royalties são reconhecidas mensalmente com base nos contratos firmados entre a Companhia e os franqueados. As receitas de taxa de franquia são reconhecidas quando há a transferência do conhecimento do negócio BR Mania ao franqueado e implementação da franquia, verificado todo cumprimento das obrigações de desempenho esperadas. As receitas de serviços são reconhecidas quando for provável que os serviços foram prestados e os benefícios transferidos a Companhia.

ii. Receitas com verbas da indústria

As receitas são reconhecidas mediante ao cumprimento e avaliação da performance determinada em contrato, sendo elas registradas ao longo do tempo (*over time*) ou no tempo específico (*point in time*) e quando há expectativa altamente provável de realização do desempenho.

contrato de balcão também é atualizado pela taxa de juros 100% do CDI em 31 de dezembro de 204 e 2023

Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, da taxa do CDI em 25%. Uma alteração de 25 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo:

Exposição em 31 de Dezembro de 2024	Risco	Cenário Provável	25%	-25%
CDI	12,15%	15,56%	8,84%	

Instrumentos

financeiros ativos

Aplicações financeiras -

CDI - 100%

58.732

CDI

7.136

9.139

5.192

Instrumentos

financeiros passivos

Contrato balcão -

CDI 100%

(157.282)

CDI

(19.110)

(24.473)

(13.904)

Resultado financeiro

líquido, conforme

estimativas

Ganho/(Perda)

(11.974)

(15.334)

(8.712)

Variação do ganho/(perda)

(3.361)

3.262

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais de clientes são determinados com base em classificações internas. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A carteira de crédito comercial da Companhia é composta por royalties de nossa franquia, Verbas proveniente de *trade marketing* realizadas com grandes indústrias devido à sua presença em nossa rede de franquias e clientes do segmento de atacado.

A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 8. As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outros.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos anos, sendo reavaliadas anualmente. A seguir a matriz atualmente vigente:

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R\$ 60.335 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 33.426 em 31 de dezembro de 2024). O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA- e AA+, baseado na agência de rating S&P. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

c. Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Exposição ao risco de liquidez

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia que são quitados em uma base líquida, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	1.974	–	–	–
Partes relacionadas (inclui contrato de balcão e juros)	158.968	–	–	–
Passivo de arrendamento	425	303	48	109
	161.367	303	48	109

Em 31 de dezembro de 2024

Fornecedores	14.290	–	–	–
Partes relacionadas (inclui contrato de balcão e juros)	39.650	30.626	139.629	26.682
Passivo de arrendamento	1.219	646	–	–
	39.650	30.626	139.629	26.682

6 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis estão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

i. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como "outros".

ii. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de reversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações CPC 48 e CPC 40 (R1))

7 Caixa e equivalente de caixa

	2024	2023
Recursos em caixa	30	36
Recursos em bancos	1.573	729
Certificados de Depósito Bancário - CDB's (i)	58.732	32.661
	60.335	33.426

(i) Remunerados, em média, a uma taxa de 101,95% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (100% do CDI em 31 de dezembro de 2023). Os CDB's classificados como equivalentes de caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Royalties e taxa de franquia receber (i)	31.246	24.124
Verbas a receber - Faturado (ii)	15.732	20.297
Verbas a receber - Não faturado (ii)	3.403	–
Cartões de crédito (iii)	137	240
Outras contas a receber	460	–
Perdas estimadas de créditos	(10.490)	(8.352)
	40.488	36.309

Circulante	40.210	36.309
Não Circulante	278	–

(i) Contas a receber do franqueado pelo uso da marca BR Mania.

(ii) Operações com rebates recebidos da indústria devido a penetração na rede de franquia da BR Mania.

(iii) O risco de crédito da Companhia é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.

O saldo do contas a receber, por faixa de vencimento, está composto conforme a seguir:

	2024	2023
A vencer	35.914	25.918
Até 3 meses	3.375	4.381
De 3 a 6 meses	2.113	2.861
De 6 a 12 meses	3.537	158
Acima de 12 meses	6.039	2.991
	50.978	36.309

A movimentação da provisão para perda estimada de crédito está apresentada abaixo:

	2024	2023
Saldo inicial	(8.352)	(7.996)
Adições	(2.177)	(356)
Reversões	39	–
Baixas	–	–
Saldo final	(10.490)	(8.352)

9 Estoques

	2024	2023
Mercadoria para revenda	1.521	425
	1.521	425

O saldo de estoque está apresentado líquido das provisões para perda de estoque, sendo em 31 de dezembro de 2024 R\$ 16. Em 31 de dezembro de 2023 nenhuma provisão foi reconhecida.

10 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

	Baixa/	
	2023	Adições apropriação Transferência 2024
	–	11.933 (2.794) 7.150 16.289

Circulante	5.170
Não circulante	11.119

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial a conversão para a nova imagem BR Mania.

11 Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2024	2023
Resultado de operações continuadas antes dos impostos	33.819	5.679
Imposto utilizando a alíquota de imposto (34%)	(11.498)	(1.931)
Ajustes para apuração alíquota efetiva (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	(1.101)	(157)
Imposto de renda e contribuição social	(12.599)	(2.088)
Imposto de renda e contribuição social diferido	4.187	–
Imposto de renda e contribuição social corrente	(16.786)	(2.088)
	(12.599)	(2.088)

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	37,3%	36,8%
--	-------	-------

Imposto de Renda e contribuição social diferidos

	2024
Origem do registro dos impostos diferidos	
Perda estimada de crédito	727
Provisão perda de estoque	5
Bônus	2.405
Outras provisões	1.042
Provisão para contingências	8
Imposto líquido ativo (passivo)	4.187

12 Transações com partes relacionadas

a) Operações com controladora:

	A receber (a pagar)	Receitas (despesas)
	2024	2024
Ativo não circulante	1.332	–
Passivo circulante (i)	(18.040)	–
Passivo não circulante (ii)	(141.194)	–
Despesa financeira (ii)	–	(16.528)

	A receber (a pagar)	Receitas (despesas)
	2023	2023
Ativo não circulante	1.332	–
Passivo circulante (i)	(158.968)	–
Passivo não circulante (ii)	–	–
Despesa financeira	–	(1.407)
(i) Montante oriundo do Instrumento de Outorga do Canal de Distribuição e da Capacidade de Exploração Econômica da Rede de Revendedores ("Contrato Balcão"), firmado em 31 de janeiro de 2022 e aditado em 14 de março de 2024, e outros contas a pagar com a Vibra. Em 31 de dezembro de 2024 o valor do contrato balcão era R\$ 157.282 (R\$ 157.561 em 31 de dezembro de 2023, Contrato com juros em 100% do CDI, com amortizações		

13 Imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso	Equipamentos de informática	Benfeitorias	Adiantamentos para aquisição de imobilizado	Instalações	Valor justo	Total
Custo	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Em 30 de novembro de 2023									
Integralização dos bens (nota 20 (a))	2.156	1.721	–	1.947	9.190	9.479	–	(26)	24.467
Adições no período	–	142	877	176	1	177	–	–	1.373
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.156	1.863	877	2.124	9.191	9.656	–	(26)	25.841
Adições no exercício	1.233	2.813	2.219	1.128	1.954	981	62	–	10.390
Transferências	2.847	–	–	–	–	(2.847)	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	6.236	4.676	3.096	3.252	11.145	7.790	62	(26)	36.231

Depreciação acumulada									
Em 30 de novembro de 2023									
Integralização da depreciação (nota 20 (a))	(95)	(335)	–	(657)	(1.282)	–	–	–	(2.369)
Depreciação do período	(18)	(14)	(32)	(31)	(152)	–	–	–	(247)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(113)	(349)	(32)	(688)	(1.434)	–	–	–	(2.617)
Depreciação do exercício	(225)	(289)	(1.389)	(455)	(1.271)	–	(5)	–	(3.634)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(338)	(638)	(1.421)	(1.143)	(2.705)	–	(5)	–	(6.251)
Valor contábil líquido									
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.043	1.514	845	1.436	7.757	9.656	–	(26)	23.224
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.898	4.038	1.675	2.109	8.440	7.790	57	(26)	29.981
Vida útil	10 anos	10 anos	2 anos	5 anos	10 anos	–	10 anos	–	–

14 Intangível

	Marca BRM	Ágio	Contrato balcão	Contrato de fornecedores	Contrato de franquias	Investimento em franqueado	Software	Valor Justo	Intangível em desenvolvimento	Total
Custo	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Em 30 de novembro de 2023										
Integralização dos bens (nota 20 (a))	48.500	26.960	252.559	182.900	174.500	6.038	4.788	153	15.040	711.438
Adições no período	–	–	–	–	–	1.820	344	–	979	3.143
Saldos em 31 de dezembro de 2023	48.500	26.960	252.559	182.900	174.500	7.858	5.132	153	16.019	714.581
Adições no período	–	–	–	–	–	–	27.877	–	3.350	31.227
Transferência	–	–	–	–	–	–	8.089	–	(8.089)	–
Reclassificação (i)	–	–	–	–	–	(7.858)	–	–	–	(7.858)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	48.500	26.960	252.559	182.900	174.500	–	41.098	153	11.280	737.950
Amortização acumulada										
Em 30 de novembro de 2023										
Integralização dos bens (nota 20 (a))	(2.961)	–	(15.419)	(11.166)	(10.653)	(616)	(2.510)	–	–	(43.325)
Amortização no período	(135)	–	(702)	(993)	–	(91)	(65)	–	–	(1.985)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.096)	–	(16.120)	(12.159)	(10.653)	(707)	(2.576)	–	–	(45.310)
Amortização no exercício	(1.616)	–	(8.419)	(5.613)	(6.302)	–	(6.693)	–	–	(28.643)
Reclassificação (i)	–	–	–	–	–	707	–	–	–	707
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(4.712)	–	(24.539)	(17.772)	(16.955)	–	(9.269)	–	–	(73.246)
Valor contábil líquido										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.404	26.960	236.439	170.741	163.847	7.151	2.556	153	16.019	669.271
Saldos em 31 de dezembro de 2024	43.788	26.960	228.020	165.128	157.545	–	31.829	153	11.280	664.704
Vida útil	30 anos	–	30 anos	30 anos	30 anos	30 anos	5 anos	–	–	–

(i) Valores transferidos e reconhecidos como Bonificações antecipadas concedidas a clientes, vide nota 10.

a) Teste por redução ao valor recuperável para UGC que contém ágio

Para fins do teste de redução ao valor recuperável, o ágio foi alocado para a unidade geradora de caixa (UGC) da VBRR Conveniência S/A. O valor recuperável desta UGC foi baseado no valor em uso, estimados com base em fluxo de caixa descontado.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

Em percentual	2024	2023
Taxa de desconto	13,53%	14,70%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,7%	3,5%
Taxa de crescimento para o EBITDA (média para os próximos 10 anos)	23%	27%

A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada considerando uma taxa de 3,7% equivalente a inflação brasileira de longo prazo.

O EBITDA projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada e na expectativa de realização do desempenho operacional futuro alinhado com a estratégia administrativa da Companhia, ajustados pelos seguintes fatores:

- Aumento da base de franqueados
- Abertura de lojas próprias
- Abastecimento centralizado da rede através de Supply próprio.
- Crescimento real no faturamento

O valor recuperável estimado para a UGC foi superior ao seu valor contábil, não identificadas reduções ao valor recuperável para a referida UGC.

15 Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores de mercadorias, suprimentos e outros (a)	14.290	1.974
	14.290	1.974

(a) Representa o saldo em aberto com fornecedores de materiais e serviços e outras contas a pagar.

16 Impostos e contribuições a recolher

	2024	2023
Impostos retidos	366	118
Impostos sobre vendas	1.810	1.794
Imposto de renda e contribuição social a pagar	2.364	2.088
	4.539	4.000

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	100	41
Férias a pagar	2.396	1.929
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo	7.072	413
Outros	5	3
	9.573	2.387

Obrigações sociais		
FGTS a pagar	185	176
INSS a pagar	477	898
IRRF assalariado a recolher	393	370
	1.055	1.443
	10.628	3.830

18 Fundo de Marketing

	2024	2023
Contas a receber - Fundo de Marketing	6.444	4.067
Contas a pagar - Fundo de Marketing	(6.495)	(4.973)
	(51)	(906)

19 Processos judiciais e contingências

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos esperada. Em 2024, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 24, sendo o valor referente somente a contingências trabalhistas. Em 31 de dezembro de 2023 nenhuma provisão foi constituída. A Companhia é parte em outros processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

Trabalhista	604
Cível	27
	631
20 Patrimônio líquido	
a. Capital social	
A subscrição e integralização do Capital Social inicial da Companhia, realizada por meio de conferência de bens e recursos, conforme Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 30 de novembro de 2023:	
Recursos	Valores
Disponibilidades	29.764
Contas a receber	26.580
Outros créditos a receber	5.222
Estoques	570
Realizável a longo prazo	1.332
Imobilizado	22.099
Intangível	668.113
Fornecedores	(468)
Obrigações trabalhistas	(3.415)
Outras obrigações	(4.611)
Provisões	(1.620)
Partes relacionadas	(156.882)
Lucros ou prejuízos acumulados	(10.627)
Capital integralizado e subscrito em 30 de novembro 2023	576.057

trimestrais de juros em 2024, e amortizações trimestrais de principal e juros de 2025 a 2032.

(ii) No exercício de 2024, do montante da despesa de juros a pagar com o contrato balcão, R\$ 16.128 foi convertido em aumento de capital, através de emissões de ações.

b) Operações com pessoal-chave da Administração

Demonstrativo da remuneração da administração da companhia	2024	2023
	Diretoria Executiva	Diretoria Executiva
Salários e benefícios	2.447	108
Encargos sociais	712	40
Previdência complementar	216	14
Remuneração da administração da companhia	3.375	163

24 Resultado financeiro

Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	2024	Maio a dezembro de 2023
Descontos financeiros obtidos e atualização monetária	5.423	215
Total receitas financeiras	189	6
Juros sobre contrato balcão	5.612	221
Encargos de arrendamento	(16.528)	(1.407)
Outras despesas financeiras	(284)	-
Total despesas financeiras	(86)	(37)
Resultado financeiro	(16.898)	(1.444)
	(11.286)	(1.223)

25 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do País, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido. A apólice tem vigência de 01 de dezembro de 2023 a 18 de abril de 2025. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil geral e D&O, conforme demonstrado abaixo:

Riscos Cobertos	2024	2023
Responsabilidade Civil Geral e D&O (i)	1,4 milhões	1,4 milhões
FLÁVIO VIEIRA CERA	JOSUÉ CARMO	MAX ANSELMO CARVALHO
Diretor Financeiro	Controller	Contador CRC SP 218679/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores da
VBRR Conveniência S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da VBRR Conveniência S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VBRR Conveniência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
– Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.